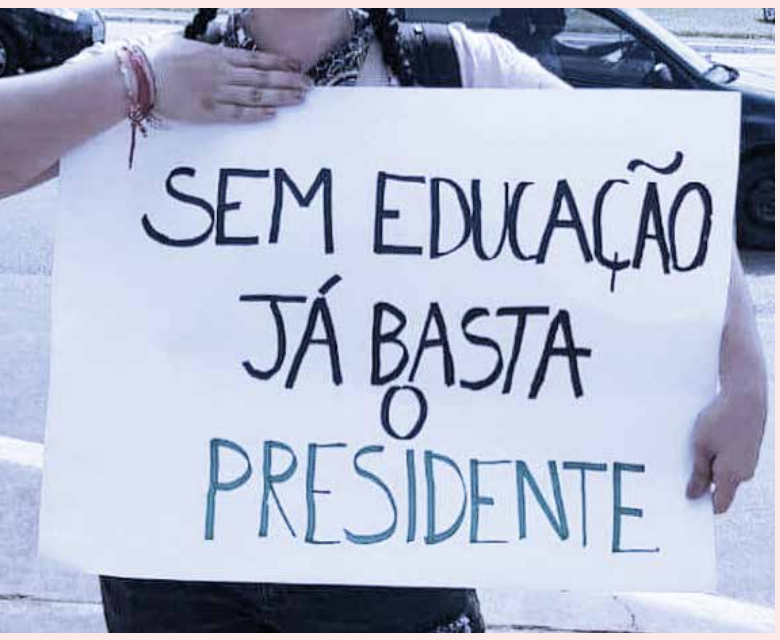
JORNAL DA
AdUFRJ

Nº 1084 ▪ 17 de maio de 2019 ▪ www.adufrj.org.br ▪ TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

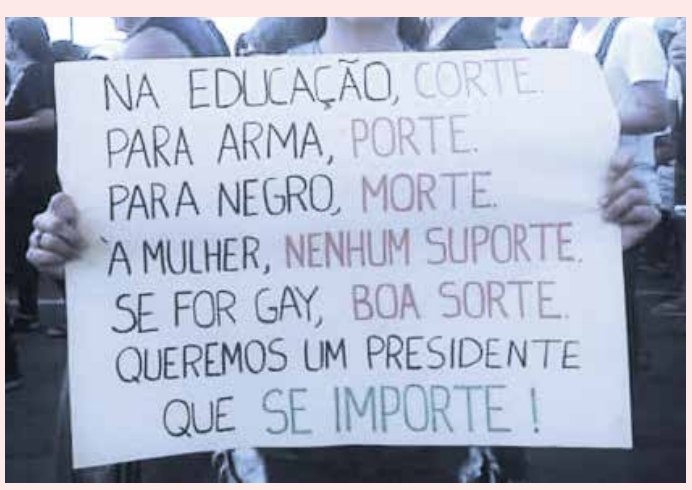


ARTIGO
Sobre Chocolates & Universidades
Professora Esther Dweck mostra os argumentos falaciosos do MEC sobre os cortes orçamentários
Página 8

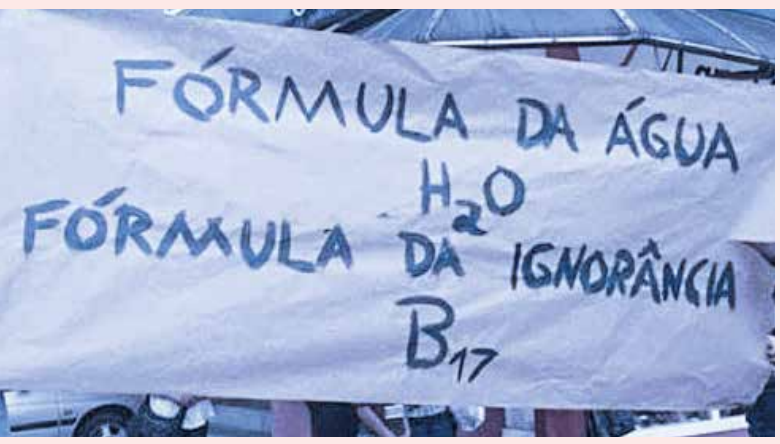
NOVO DECRETO DE BOLSONARO ATACA AUTONOMIA
Página 7







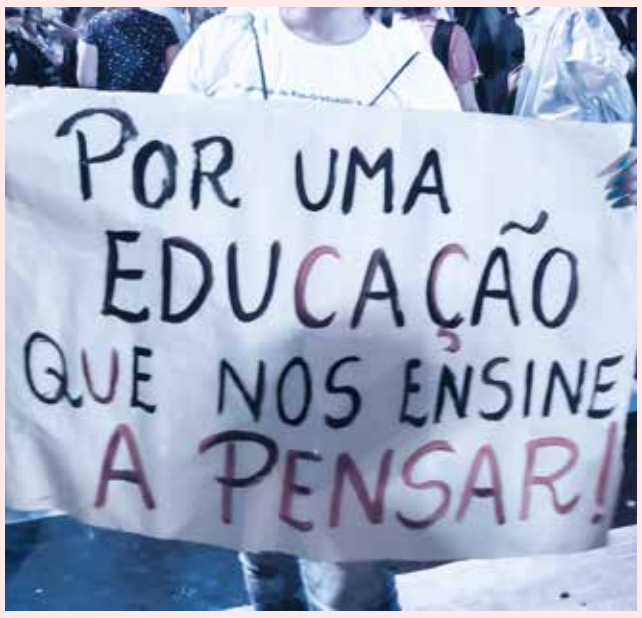


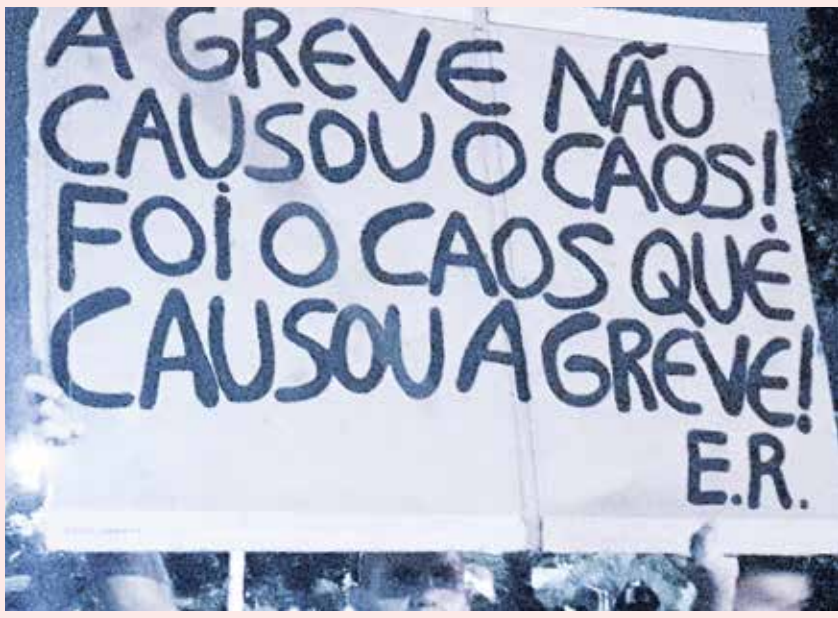




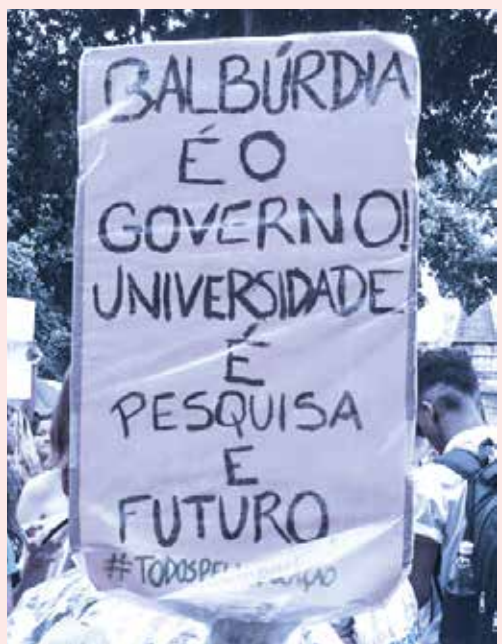
e a esperança voltou...













A SEMANA



O #15M FOI SÓ O COMEÇO

DIRETORIA DA ADUFRJ

Sob chuva, a multidão atravessou a antiga Rua Direita, hoje Primeiro de Março, e ocupou boa parte da principal artéria do centro do Rio, a Avenida Presidente Vargas. Era o #15M. Na praça, com sonoridade, colorido e ousadia. Como se não houvesse amanhã. Mas há. Sempre há amanhã.

O Decreto 9.794/2019, embora assinado na véspera (14/05), tem gosto de *day-after*. Curiosamente, entrará em vigor a 25 de junho, na semana que antecede o término do mandato de Roberto Leher na Reitoria da UFRJ.

As manifestações contra o apagão educacional, que se alastraram por mais de 200 cidades Brasil afora, evidenciaram um descontentamento que ultrapassa significativamente a oposição ao governo Bolsonaro. Cabe, porém, lembrar que o alvo dos protestos foi o contingenciamento (pretexto alegado para os cortes) dos recursos da educação. Educação é um tema que propicia convergências, incentiva consensos. Já a reforma trabalhista, que extinguiu direitos históricos dos trabalhadores, dividiu opiniões e passou sem contestações midiáticas, em 2017, apesar da extensa disseminação do "fora Temer". A reforma da previdência de Guedes, que vai inviabilizar a aposentadoria de milhões de brasileiros num futuro próximo, ainda não suscitou movimento do tipo #tsunamidaeducação.

Foi bonita a festa, pá. Mas o dia seguinte já está mostrando a cara. E ela não é só feia; é multifacetada. Ou seja, apresenta muitos e diversificados desafios para os movimentos sociais em geral e para a ADUFRJ, em particular. Enquanto entidade representativa dos professores, voltada para a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e, obviamente, firme na resistência a ameaças que rondam a institucionalidade democrática no país, à ADUFRJ cabe traçar estratégias de ação singulares de acordo com o tipo de ataque. Que são vários e variados.

A briga pelos recursos da educação vai continuar. Para se manter sob os holofotes, todavia, é preciso preservar e expandir as alianças já firmadas. O tema Ciência e Tecnologia a ela se acopla com facilidade, envolvendo sociedades científicas (SBPC, por exemplo), associações de dirigentes educacionais (ANDIFES, por exemplo), instituições de pesquisa aplicada (IPEA e IBGE, por exemplo) e até vozes internacionais.


JORNAL DA AdUFRJ

Nº 1083 • 10 de maio de 2019 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

LEONARDO DA VINCI
Legado de 500 anos de arte e inovação do gênio renascentista foi lembrado na COPPE
Página 8

CAPES CORTA 3.474 BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Página 6

a BaLBúRDiA do MINISTRO

REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS NAS FACULDADES DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA
CORTE DE PELO MENOS 30% DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO DAS UNIVERSIDADES
CORTE DE R$ 914 MILHÕES DE RECURSOS FEDERAIS DO ENSINO BÁSICO
CORTE DE BOLSAS DE MESTRADO, DOUTORADO E PÓS-DOC DA CAPES

ALIÇÃO DAS UNIVERSIDADES

UNIVERSIDADES PÚBLICAS PRODUZEM 95% DAS PESQUISAS BRASILEIRAS
A UFRJ TEM 94 CURSOS DE DOUTORADO E É A 1ª COLOCADA EM RANKING DE INOVAÇÃO
1,2 MILHÃO DE BRASILEIROS ESTUDAM EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS
51% DOS ALUNOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS TÊM RENDA FAMILIAR DE ATÉ 3 MÍNIMOS

#VaiTerAulaNaPraça
GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO
15 DE MAIO PRAÇA XV 13h
AdUFRJ PROFESSORES DA UFRJ CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E OS CORTES DA EDUCAÇÃO

Outras frentes, no entanto, menos visíveis e mais sub-reptícias, demandam reposicionamentos e busca por novos apoios. Sem nenhuma intenção de hierarquizar, podemos mencionar algumas. A MP 873/2019, a chamada MP das contribuições, segue no Congresso à espera de aprovação ou caducidade. Seu objetivo consiste em desidratar financeiramente os sindicatos que organizam servidores públicos. Parlamentares são, portanto, atores decisivos e potenciais aliados. Reivindicações mais específicas da UFRJ, como o adicional por insalubridade e o bônus de 26%, que incidem sobre os salários de alguns segmentos de docentes, estão sendo conduzidas por meios judiciais.

Numa dimensão mais abrangente, a crítica à reforma da previdência contida na PEC 06/2019 exige especial atenção, tanto na formulação dos argumentos contestadores, que têm que ser absolutamente rigorosos, quanto no estabelecimento de coligações com grupos – partidários ou não – para tentar impedir que a proposta governamental tenha êxito. Emblemático da complexidade a enfrentar é o raciocínio enunciado no editorial de O Globo de 17 de maio corrente. O texto denuncia as trapalhadas de Bolsonaro, traduzidas na "escalada de ataques de fundo ideológico à Universidade", uma "provocação infantil" que "serviu de centelha" para uma justa e robusta mobilização. Mas que também abriu "espaço para que corporações do serviço público, incluindo o ensino superior, que são privilegiadas pela atual Previdência, aderissem às concentrações e passeatas marcadas para quarta, com palavras de ordem contra a reforma do sistema. Grande ironia, pois é esse regime previdenciário que draga recurso da Educação, entre outros serviços essenciais".

Como noutras ocasiões em que se junta às forças progressistas, condenando o retrocesso comportamental, o jornal inverte o dito popular. Primeiro assopra, aplaudindo a manifestação; depois morde, divulgando a falsa ideia de que professores das universidades federais são marajás da previdência. Desde a EC 41, de 2003, a categoria não mais se aposenta com integralidade e paridade. Típico fato alternativo.

Estamos na linha de tiro (desnecessário identificar os atiradores). Urge sair da bolha e angariar respaldo. Escolhemos nossos dirigentes para os próximos quatro anos. Sua nomeação, no entanto, agora depende do General Ministro-chefe da Secretaria de Governo, que não parece ser benquisto pelo Ministro da Educação. Quem será o carrasco mais eficiente? Não ser a vítima dessa disputa inglória, eis a meta – talvez a principal – das articulações que devemos realizar no curto prazo.

MONITOR UFRJ

Faltam **46 dias** para o mandato da atual reitoria terminar

Reitora eleita foi escolhida pelo Colégio Eleitoral há **17 dias**

PROFESSORA DENISE PIRES AINDA NÃO FOI NOMEADA PELO GOVERNO BOLSONARO. PRAZO ESTÁ ACABANDO...

MANDATO do professor Roberto Leher termina em 2 de julho. Esse é o prazo máximo para a nomeação da reitora eleita. Vencida essa data, a UFRJ passa a ser administrada por um interventor definido pelo presidente Bolsonaro.

ELEIÇÃO da professora Denise e de seu vice, professor Carlos Frederico Leão Rocha, ocorreu no colégio eleitoral em 30 de abril. Consulta à comunidade foi nos dias 2,3 e 4 de abril. A chapa Denise&Fred venceu no primeiro turno.

AGENDA

22/05
14H
CONSELHO DE REPRESENTANTES
Local: Auditório Visconde do Rio Branco - Fundos do Bloco D do CT, térreo

23/05
13H30
ASSEMBLEIA DE PROFESSORES
Locais: Sala E-212 do CT e Macaé (a definir)





FOTOS ALESSANDRO COSTA

EDUCAÇÃO ACIMA DE TUDO

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

A lição estava lá, numa faixa dos professores e estudantes do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde da UFRJ: "A educação derruba mitos". O mito Jair Bolsonaro começou a ruir no dia 15 de maio, quando as ruas e praças de 210 cidades brasileiras foram ocupadas por estudantes e professores indignados com os cortes na Educação e com os efeitos da Reforma da Previdência.

Cerca de dois milhões de pessoas participaram. Diferentes gerações, cores e vertentes políticas se uniram na Greve Nacional da Educação. Tinha gente de escola pública e de colégio particular. De universidades e de institutos federais. A UFRJ estava em peso, com docentes, técnicos e estudantes do Rio, Caxias e de Macaé.

No Rio, mais de 200 mil pessoas saíram em passeata no Centro, no fim da tarde. O movimento começou cedo. Desde as primeiras horas da manhã, professores e estudantes da UFRJ lotaram a Praça XV com debates, perfomances e exposições de seus trabalhos acadêmicos.

Os atos foram os primeiros grandes protestos contra o governo Bolsonaro. O ex-capitão mostrou não respeitar a divergência e agrediu os manifestantes. "Se você perguntar a fórmula da água , eles não sabem, não sabem nada. São uns idiotas úteis. Eu só vi bandeira de Lula Livre".

"Não foi o que eu vi", resumiu a presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck. "Eu vi uma mobilização inteligente, criativa, que me acendeu a esperança", contou.

O entusiasmo não foi só de estudantes. Professores renomados também foram para rua. Vários deles estavam nas aulas públicas organizadas pela Adufrj para discutir os impactos da reforma da previdência e dos cortes na educação. Na Praça XV, numa tenda lotada, com gente sentada no chão e parte da plateia na chuva, o reitor Roberto Leher e a professora Esther Dewck dissecaram a crise orçamentária das universidades e o cenário econômico do país. "Este governo está destruindo um projeto de nação", resumiu Esther.

"O bloqueio se dá sobre um orçamento que já era inviável. Todo o futuro está interditado", explicou o reitor. Ele comparou os últimos orçamentos da UFRJ. Em 2015, a universidade teve liberados R$ 504 milhões. Neste ano, o orçamento aprovado foi de R$ 361 milhões. "Deste montante foram retirados R$ 114 milhões", explicou. Leher voltou a afirmar que o corte inviabiliza o funcionamento da instituição. Ao terminar a palestra ficou claro. Em tempos de crise, é preciso ouvir a voz das ruas: conhecimento para todos e educação acima de tudo.

PELO PAÍS

MÍDIA NINJA

SÃO PAULO

KARINA ZAMBRANA

BRASÍLIA

ANDES

BELÉM

ANDES

PORTO ALEGRE

RODOLFO LEOPERT

RECIFE

MAIRA CABRAL

BELO HORIZONTE

JULIA NOIA



CIÊNCIAS HUMANAS. Professores e estudantes deram um abraço simbólico no prédio histórico do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Centro do Rio. A comunidade acadêmica ressaltou a importância da Filosofia e da Sociologia na educação. A professora do IFCS e da Matemática Tatiana Roque disse ser impossível dissociar as Ciências Humanas das Ciências Exatas.

ANA PAULA GRABOIS



SUSTENTABILIDADE. Professora do Instituto de Química, Jussara Miranda apresentou sua pesquisa que captura dióxido de carbono (CO^2) e o transforma em produtos como tintas, plástico, solventes e fertilizantes. "A pesquisa está sem financiamento, mas resistimos."

ALESSANDRO COSTA



TABAGISMO. A professora de Farmácia Adriana Passos (ao centro) e alunos mostraram projetos em Homeopatia. Eles desenvolveram um medicamento contra o tabagismo através do cigarro do próprio fumante. Em fase piloto, a pesquisa tem mostrado resultados positivos.

#UFRJNAPRAÇA

A comunidade da UFRJ enfrentou chuva e aproveitou a Greve Nacional da Educação de 15 de maio para ocupar praças do Rio e de Macaé com aulas públicas. Com criatividade e compromisso, professores e alunos mostraram o conhecimento produzido nos campi e os males que os cortes da educação e a reforma da Previdência farão ao Brasil. A UFRJ concentrou suas atividades na Praça XV. Organizado pela AdUFRJ, o evento reuniu 15 mil pessoas e as mais diversas áreas do saber. "Hoje tivemos a certeza de que não aceitaremos nenhum direito a menos e nem o desmonte do maior patrimônio da população, que é a universidade pública", afirmou a professora Marinalva Oliveira, da Faculdade de Educação. "Estamos aqui porque precisamos que a sociedade nos conheça e nos ajude a defender a educação", completou o diretor da AdUFRJ, Felipe Rosa. UniRio, Rural, Cefet e PUC também realizaram exposições no local. As atividades encheram as ruas de conhecimento no #15M.



PAULO FREIRE. O patrono da educação brasileira, Paulo Freire, foi pintado em um painel gigante pela artista plástica Martha Werneck, professora da Escola de Belas Artes, na Praça XV. Depois, o painel foi exibido durante a passeata do #15M no Centro.

SILVANA SÁ



NUTRIÇÃO. Alunas do curso de Gastronomia, do Instituto de Nutrição Josué de Castro, mostraram projeto sobre a importância da biodiversidade para a alimentação e a saúde da população brasileira. Elas apresentaram 19 espécies de feijão orgânico de pequenos produtores do Rio de Janeiro.

ANA PAULA GRABOIS



ZIKA. Alunos do Instituto de Ciências Biomédicas pesquisam o vírus da zika em projeto coordenado pela professora Patrícia Garcez. Eles investigam os processos que geram os danos causados pelo vírus nas células cerebrais de embriões e levam à microcefalia.

ALESSANDRO COSTA



TRANSPLANTES. O professor Hélio Dutra, do Instituto de Ciências Biomédicas, mostrou que o Hospital Universitário fez 749 transplantes de medula óssea de 1994 até 2018. "Se não fosse a universidade pública ensinar e capacitar os alunos, o setor privado da saúde não teria condições de trabalhar com medicina de alta complexidade", disse.



MÚSICA PARA RESISTIR. Com estudantes, os professores Samuel Araújo e Sara Cohen, da Escola de Música, exibiram a canção "Não dá mais", composta para o Musicultura, projeto de pesquisa e extensão da UFRJ realizado no Complexo da Maré.

SILVANA SÁ



PREVIDÊNCIA. Os professores Sara Granemann, do Serviço Social; Denise Gentil, do Instituto de Economia; e José Miguel Saldanha, da Escola Politécnica, expuseram os efeitos negativos da reforma da Previdência, principalmente sobre a população pobre.

Andifes cria site para denunciar cortes

> Associação de reitores apresenta ferramenta virtual para mostrar perdas em cada universidade. Sem os recursos, segundo semestre letivo está ameaçado

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

ANDIFES



ANDIFES negocia com governo a liberação de 100% do orçamento

A UFRJ foi a universidade que mais perdeu dinheiro com os cortes anunciados pelo MEC: R$ 114 milhões, no total. Foram R$ 107,1 milhões em custeio e R$ 6,9 milhões em investimento. Os dados fazem parte de um painel eletrônico criado pela Associação Nacional dos Reitores das IFES (Andifes), divulgado dia 16.

Até o momento, todo o sistema federal de ensino superior perdeu R$ 2,08 bilhões, o que representa 29,74% em relação ao orçamento discricionário de R$ 6,99 bilhões. Ou seja, as verbas que cobrem o funcionamento das instituições, além de novas obras e compra de equipamentos. O corte não foi linear. Proporcionalmente, a Federal de Juiz de Fora foi a que menos sofreu (15,82% ou R$ 40,7 milhões). Já a Federal do Sul da Bahia perdeu bastante (53,96% ou R$ 17 milhões). A UFRJ ficou ligeiramente acima da média nacional (30,24%).

"É uma ferramenta para a população ter a exata dimensão do que é o orçamento das universidades. Assim, com informação clara, precisa e direta, todos podem fazer o julgamento do impacto desses cortes", disse o professor Poty Rodrigues de Lucena, responsável pela apresentação do painel dos cortes.

Os números, disponíveis no site da Andifes, são atualizados diariamente a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Os interessados podem verificar as perdas por estado, universidade, grupo de despesa ou período do ano.

O professor Poty explicou que os 3,5% citados pelo ministro Abraham Weintraub para tratar dos cortes nas universidades consideravam apenas o mês de abril e, mesmo assim, em relação ao orçamento global, que reúne as verbas para despesas obrigatórias, como o pagamento de pessoal. "Mas quem sabe da dor é quem sente. E a dor que as universidades sentem é nas despesas discricionárias", disse.

O dirigente deu como exemplo sua universidade de origem, a Federal do Oeste da Bahia, que está completando seis anos de criação. "É uma instituição nova. Tivemos 65% de cortes nas despesas de investimento", disse

Presidente da Andifes, o professor Reinaldo Centoducatte disse que a entidade vai trabalhar para que todo o orçamento seja liberado. E informou que o governo não explicou os critérios do corte. "Em uma reunião de meia hora com o ministro não deu para discutir isso", afirmou, sobre uma audiência realizada com o titular do MEC na manhã daquele mesmo dia, em Brasília (DF). Por enquanto, argumenta o dirigente, o impacto imediato do anúncio do MEC é um "processo de perturbação" para quem presta serviço para as universidades. "Eles se sentem inseguros se vão receber". Reitora da Federal do Acre, a professora Guida Aquino foi mais enfática. Disse que, sem a reversão dos cortes, não terá como pagar despesas após agosto. " Não consigo iniciar o segundo semestre acadêmico de 2019".

Mais de 70% dos universitários são pobres, diz pesquisa

> Estudo, que envolveu mais de 420 mil estudantes, foi divulgado pelos reitores das instituições federais

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

DESTAQUES DO ESTUDO DA ANDIFES:



51,2% dos estudantes são negros

70,2% vêm de famílias com renda per capita até 1,5 SM

54,6% são mulheres

A universidade federal está cada vez mais diversa. É o que prova levantamento divulgado esta semana pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). No início do ano passado, pela primeira vez, mais da metade dos alunos se declarou negra ou parda (51,2%). Setenta por cento dos graduandos eram de famílias com renda per capita de até 1,5 salário mínimo. E 64,7% estudaram integramente ou na maior parte do tempo em escolas públicas no ensino médio.

"Coloca por terra o argumento, frequentemente requentado, de defesa da cobrança de mensalidades nas universidades públicas", disse o coordenador do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), professor Cesar Augusto, ao apresentar o estudo. E, ainda de acordo com o docente, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a pesquisa mostra que os recursos destinados à assistência estudantil são insuficientes para atender à demanda atual.

Para a Andifes, desde 2003, as ações afirmativas somadas à expansão das universidades elevaram o número de estudantes pretos e pardos de 160.527 para 613.826, com variação de 282%. De 1996 até 2018, também aumentou a presença feminina nos bancos universitários: de 51,4% para 54,6%.

A pesquisa foi realizada em 63 universidades e em dois Cefets, o do Rio e o de Minas Gerais, entre fevereiro e junho de 2018. Além de dados coletados nas instituições, mais de 420 mil estudantes responderam a questionários disponibilizados na internet, representando 35,34% dos matriculados no sistema.

MINISTRO WEINTRAUB BATE BOCA COM PARLAMENTARES

As longas seis horas de uma tumultuada audiência entre parlamentares e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, no último dia 15, demonstraram que os recentes cortes na área não foram bem digeridos no Congresso. Até mesmo deputados do centrão discutiram com o titular do MEC.

Weintraub foi convocado a falar no Plenário da Câmara para explicar os bloqueios de despesas nas universidades. A sessão coincidiu com protestos, ocorridos em todos os estados e no Distrito Federal, contrários à medida do governo.

"Estamos cumprindo a lei. O ministro da Economia, Paulo Guedes, que esteve aqui várias vezes, já explicou que somos obrigados pela Lei de Responsabilidade Fiscal a contingenciar toda vez que a receita não corresponde ao que foi orçado, no ano anterior, pelo Congresso Nacional", declarou o ministro.

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) discordou: "Não é mais ou menos importante a alfabetização e a universidade, não é mais ou menos importante o ensino fundamental ou o ensino médio". Ela completou: "A educação precisa ser prioridade em um país que tem de fazer escolhas."

Tiago Mitraud (Novo-MG) argumentou que o governo precisa abandonar o discurso ideológico: "Na forma de comunicação do governo, existe esse viés ideológico que o governo tanto critica. Precisamos adotar critérios técnicos." Rose Modesto (PSDB-MS) questionou: "Será que não foi mesmo possível cortar de outras áreas?"

Já o deputado André Janones (Avante-MG) criticou o ministro por sequer prestar atenção enquanto falava: "O senhor é um debochado, um moleque, um grande erro do Bolsonaro", afirmou.

Os deputados de oposição também se manifestaram. Autor do requerimento de convocação, Orlando Silva (PCdoB-SP) disse que o ministro focou em outros aspectos da pasta e não explicou a medida. "Ele precisa fundamentar, justificar os cortes realizados", criticou.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) reforçou: "Ele não falou aqui sobre os cortes, não justificou os critérios, e não teve a coragem de justificar aqui o que ele e o presidente pensam: que a universidade não é para os filhos da classe trabalhadora." **(com informações da Agência Câmara)**

Decreto ataca autonomia universitária

> Regra sobre nomeação e designação para cargos efetivos, em comissão ou funções gratificadas obriga que nomes sejam submetidos a instâncias externas

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

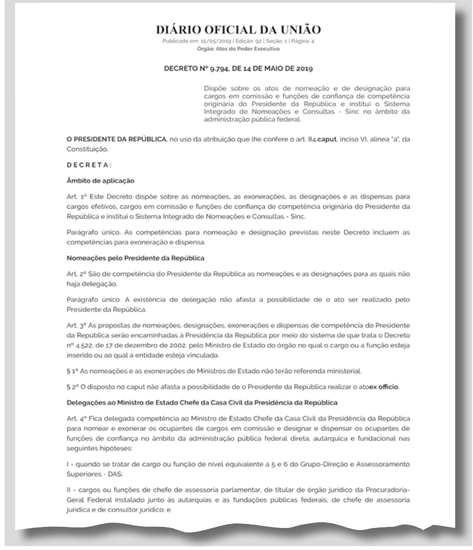
No mesmo dia do protesto nacional contra os cortes na Educação, o governo publicou um decreto com novo ataque às universidades federais. A regulamentação interfere na autonomia das instituições de ensino superior, engessa a máquina administrativa e cria um controle subjetivo sobre os nomes indicados para cargos efetivos, cargos em comissão e funções de competência na administração pública. Já a Casa Civil garante que a legislação não entra em conflito com a autonomia universitária.

Segundo o decreto nº 9.794, que entra em vigor a partir de 25 de junho, nomeações hoje feitas de forma corriqueira no âmbito das universidades, passam a ser de responsabilidade do MEC ou da Secretaria de Governo da Presidência da República. Pelas novas regras, mesmo o nome de um assessor de pró-reitoria deverá ser submetido à aprovação de instâncias externas.

Mas não é só. A vida pregressa dos indicados será "verificada" pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Abin). Os critérios para avaliar as indicações também não são claros. Em seu artigo 20, o decreto determina que "a liberação pela Casa Civil da Presidência da República decorrerá da análise de conveniência e oportunidade administrativa".

"É um grau de centralização que nunca tivemos. Preocupa muito porque fere profundamente a autonomia universitária. E o exame das informações das pessoas pela CGU e pela Abin não tem nenhum critério objetivo", critica o professor Eduardo Raupp, diretor da Adufrj. Para o docente, o decreto vai prejudicar o funcionamento administrativo das instituições e contraria o discurso governamental de que o MEC está aberto ao diálogo com as universidades. "Não houve nenhuma interlocução", completa Raupp.

Em coletiva à imprensa realizada em Brasília, o presidente da associação de reitores federais (Andifes), Reinaldo Centoducatte, afirmou que foi pego de surpresa pela edição do decreto: "Temos que estudar isso ainda. Mas entendemos que para fazer uma boa gestão, você tem que nomear sua equipe. Se você perde a capacidade de nomear sua equipe, qual a responsabilidade que você vai ter sobre o cumprimento das metas, da execução das atividades?", questionou. O professor também observou que a Andifes estuda se o decreto entra em conflito com leis existentes.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/05/2019 | Edição: 92 | Seção: 1 | Página: 4
Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.794, DE 14 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as nomeações, as exonerações, as designações e as dispensas para cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc.

Parágrafo único. As competências para nomeação e designação previstas neste Decreto incluem as competências para exoneração e dispensa.

Nomeações pelo Presidente da República

Art. 2º São de competência do Presidente da República as nomeações e as designações para as quais não haja delegação.

Parágrafo único. A existência de delegação não afasta a possibilidade de o ato ser realizado pelo Presidente da República.

Art. 3º As propostas de nomeações, designações, exonerações e dispensas de competência do Presidente da República serão encaminhadas à Presidência da República por meio do sistema de que trata o Decreto nº 4.522, de 17 de dezembro de 2002, pelo Ministro de Estado do órgão no qual o cargo ou a função esteja inserido ou ao qual a entidade esteja vinculada.

§ 1º As nomeações e as exonerações de Ministros de Estado não terão referenda ministerial.

§ 2º O disposto no caput não afasta a possibilidade de o Presidente da República realizar o ato **ex officio**.

Delegações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Art. 4º Fica delegada competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para nomear e exonerar os ocupantes de cargos em comissão e designar e dispensar os ocupantes de funções de confiança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional nas seguintes hipóteses:

I - quando se tratar de cargo ou função de nível equivalente a 5 e 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS;

II - cargos ou funções de chefe de assessoria parlamentar, de titular de órgão jurídico da Procuradoria-Geral Federal instalado junto às autarquias e às fundações públicas federais, de chefe de assessoria jurídica e de consultor jurídico; e

Em relação aos demais cargos, o Decreto faculta aos dirigentes das universidades e institutos federais de ensino a possibilidade de submeter os indicados à verificação de vida pregressa", diz trecho de nota enviada pela assessoria de imprensa. A CGU e a Abin seriam acionadas para auxiliar o processo de escolha dos nomes. "Ou seja, a submissão ao fluxo proposto pelo Decreto é uma opção, que em nada interfere na autonomia das instituições de ensino, mas apenas disponibiliza um instrumento útil à decisão da autoridade".

GOVERNO RESPONDE

Questionada pela reportagem, a Casa Civil respondeu que as novas regras não alteram a competência do presidente da República para nomear reitores.

ANDES DISCORDA

Em análise preliminar, a Assessoria Jurídica Nacional do Andes não tem essa leitura de que o decreto oferece uma "opção" aos gestores universitários. Para os advogados do Sindicato, a legislação é ilegal e inconstitucional: "Salta aos olhos a ilegalidade e a inconstitucionalidade do decreto, que busca certamente por esse novo sistema não aprimorar o funcionamento do serviço público, mas criar mecanismos para institucionalizar interferência política nas nomeações". De acordo com a AJN do Andes, a legislação viola os artigos 5, 37 e 207 da Constituição, assim como as leis 5.540/1968 e 8.112/1990.

A Diretoria Nacional do Andes verifica a possibilidade de ação contra o decreto.

STF JULGARÁ CORTES

O corte de recursos aplicado pelo governo Bolsonaro nas universidades e institutos federais será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Celso de Mello decidiu acatar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pelo PDT, para apreciar a matéria.

O decreto presidencial 9.741, de 29 de março, estabelece redução de orçamento para diversos ministérios. A pasta da Educação sofreu o maior corte em termos absolutos, de R$ 5,7 bilhões. E, dentro do MEC, o ensino superior foi o mais afetado. Relator do processo, Celso de Mello deliberou que a ADI 6127 receberá procedimento abreviado. Isto significa que o caso terá julgamento mais rápido no tribunal, sem a necessidade de concessão de liminar, devido à relevância da matéria e do seu significado para a ordem social e a segurança jurídica.

O caso foi recebido em 6 de maio. No dia 9, o ministro do Supremo pediu explicações sobre o decreto ao presidente Jair Bolsonaro, que tem dez dias para responder. Após o retorno das informações, haverá mais cinco dias para a manifestação do Advogado-Geral da União e da Procuradora-Geral da República. Levando em conta os prazos, a ação pode ir a julgamento no STF a partir de 27 de maio. De acordo com o PDT, o decreto de Bolsonaro é inconstitucional porque atinge de "forma frontal o direito à educação". Nesta semana, PSB, Rede, PV e PCdoB entraram com outra ação no STF contra os cortes.
(Ana Paula Grabois)

Alfabetizar virou nicho de mercado

> Novo Sistema de Avaliação da Educação Básica favorece empresas de materiais didáticos, diz professora

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrj.org.br

O governo Bolsonaro publicou no dia 2 de maio as diretrizes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A novidade foi o anúncio de provas por amostragem para a rede particular de ensino. Para a coordenadora geral do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa no Rio de Janeiro e professora da UFRJ, Elaine Constant, a mudança favorece o mercado de materiais didáticos e o ranqueamento na educação infantil.

"A alfabetização é um novo nicho de mercado", afirma a docente. "Estamos vendo todos os dias na televisão grupos econômicos da educação puxando para si esse filão de material didático. A instabilidade política atual, especialmente no Ministério da Educação, reforça esse tipo de disputa de interesses", acrescenta. Com a mudança no Saeb, no ponto de vista da professora, a tendência é a exploração da lista de pontuação para promover escolas privadas e materiais educativos.

A pesquisadora considera que as avaliações de larga escala do país ainda ignoram as diferenças regionais e sociais. "Temos uma avaliação nacional sem ter um sistema nacional de ensino", afirma. "Ela não é um diagnóstico ainda. E as políticas de educação estão pautadas por pessoas que não têm ideia do que acontece em uma escola pública hoje". A professora completa: "O público nem sequer é consultado".

Constant também lamenta a reciclagem de referências educacionais "há muito superadas", como o método fônico, famoso pelo exemplo "Eva viu a uva". A docente frisa que estudos mais atuais reforçam a relação entre a alfabetização e o acesso a bens culturais ligados à leitura. "Entre as famílias que frequentam as escolas privadas, o livro é presente. A escrita é comunicação. Está presente em bilhetes e afins. Ela não é só uma decodificação, uma coisa chata sem sentido", exemplifica.

PAPEL DA UNIVERSIDADE

Sobre as declarações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendendo cortes de investimento das universidades para priorizar creches, a pesquisadora da Faculdade da Educação destaca que a formação está entre os principais obstáculos para a educação básica. No Estado do Rio, 33% dos professores no não têm ensino superior. "Temos bons professores, mas precisamos de muito mais", sublinha.

A proposta do governo de educação domiciliar também preocupa. "A quebra da obrigatoriedade da escolaridade é muito perigoso. Ela vai atingir as classes populares que não têm recursos para realizar uma instrução em casa. São questões muito sérias em discussão", conclui.

Artigo

ESTHER DWECK
PROFESSORA DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ



Sobre chocolates, universidades e argumentos falaciosos

ARTE ANDRÉ HIPPERTT



O contingenciamento na área da educação sempre desperta reações da sociedade, mas neste ano foi diferente. A reação começou com a divulgação de um critério absurdo e em claro ataque à autonomia universitária, indicando uma represália pelo pensamento crítico. No entanto, ao expandir para todas as universidades, a reação ficou ainda mais forte diante das consequências para a continuidade do funcionamento das instituições federais de ensino. Como forma de tentar amenizar a repercussão do ato, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, resolveu apresentar de forma "didática" que o corte não era tão grande.

Depois do tragicômico episódio dos chocolates, em 8 de maio, o MEC soltou mais uma nota, dizendo que o "bloqueio preventivo", eufemismo para um corte que não será retornado, seria de "apenas 3,4% do orçamento total das universidades federais". Segunda a nota, "o orçamento para 2019 dessas instituições totaliza R$ 49,6 bilhões, dos quais 85,34% (R$ 42,3 bilhões) são despesas de pessoal (pagamento de salários para professores e demais servidores, bem como benefícios para inativos e pensionistas), 13,83% (R$ 6,9 bilhões) são despesas discricionárias e 0,83% (R$ 0,4 bilhão) são despesas para cumprimento de emendas parlamentares impositivas".

Além disso, a nota terminava com a afirmativa de que o bloqueio "não incluiu as despesas para pagamento de salários de professores, outros servidores, inativos e pensionistas, benefícios, assistência estudantil, emendas parlamentares impositivas e receitas próprias".

Mais uma vez, o MEC soltou uma nota com diversos argumentos falaciosos e até errados. Portanto, é importante esclarecer alguns pontos mesmo antes de entrar na confusão dos números. Em primeiro lugar, assistência estudantil faz parte das despesas discricionárias. Portanto, não está protegida dos cortes. Mesmo que exista uma orientação para que não haja corte nas bolsas, elas ainda disputam os poucos recursos disponíveis com as demais despesas discricionárias. Em segundo lugar, o governo diz que não contingenciou "receitas próprias", mas isso é uma contradição em termos.

O contingenciamento é sempre sobre despesas e não sobre receitas. Mesmo que o MEC libere para as universidades as suas receitas próprias, isso nada mais é do que uma troca de fontes, como se chama no jargão orçamentário. A universidade utiliza a própria receita, mas deixa de receber outras receitas do MEC, mantendo o valor disponível para gastar.

Em relação aos números apresentados pelo ministro, é importante destacar que os grandes números estão corretos, porém o cálculo feito não faz sentido técnico. Ainda que se quisesse de fato fazer um cálculo sobre o orçamento total da universidade, não faz sentido algum incluir no cálculo o pagamento de aposentados e pensionistas, muito menos as despesas financeiras sobre os quais nem se aplica a noção de contingenciamento.

Portanto, o total do orçamento das universidades, de R$ 49,6 bilhões, pode ser dividido corretamente da seguinte forma:

R$ 17,1 bilhões
despesas financeiras ou com aposentados e pensionistas que não atuam na oferta da educação pública

R$ 23,5 bilhões
pagamento de pessoal – professores e técnicos-administrativos

R$ 6,9 bilhões
despesas discricionárias – que incluem investimento (R$ 700 milhões) e custeio (R$ 6,2 bilhões)

R$ 0,4 bilhão
despesas de emendas parlamentares impositivas

Logo, sobre o valor que pode ser contingenciado – R$ 6,9 bilhões – o contingenciamento de R$ 2,1 bilhões proposto é de aproximadamente 30%, variando muito entre as universidades. Conforme noticiado pelo jornal Valor Econômico, o percentual sobre cada universidade não foi tão uniforme quanto o MEC havia anunciado inicialmente. Em algumas universidades, o valor chegou a mais de 50%. Ainda que se quisesse fazer sobre o orçamento total das universidades, o percentual deveria ser sobre R$ 32,5 bilhões e não sobre R$ 49,6 bilhões.

Finalmente, cabe ressaltar, que esse contingenciamento já está sendo feito em cima de uma sequência de cortes na educação. Se olharmos as despesas discricionárias das universidades desde 2013, é possível ver como o limite disponibilizado para 2019 é impossível de ser cumprido. Em termos reais, o valor disponibilizado para 2019 é menos da metade do valor que estava disponível em 2013.

Sabemos que o grande objetivo dos cortes é inviabilizar a educação superior e criar duas grandes pressões na sociedade. Dentro do próprio orçamento da universidade, a forma de apresentar o corte pelo valor total do orçamento indica uma pressão para reduzir gastos com pessoal, como se fosse possível ter uma universidade sem professores, pesquisadores e técnicos-administrativos. Em segundo lugar, e o mais explícito até agora, é o de criar uma falsa oposição entre ensino superior e educação básica.

Afirma-se constantemente que há um gasto excessivo com ensino superior no Brasil quando se compara com a educação básica. Para desmentir isso, há dois indicadores importantes e que se contrapõem aos indicadores que o governo apresenta. Ao invés de olharmos o gasto com ensino superior sobre o PIB, que apenas reflete o nosso baixo PIB per capita, os dados corretos seriam o percentual do gasto público total com educação que é destinado ao ensino superior (21,5%) e o gasto por aluno no ensino superior (US$ 5 mil), levando em conta a paridade cambial de poder de compra, PPP na sigla em inglês. Em relação a esses indicadores, o Brasil ocupa a 58ª posição entre 128 países e o 48º lugar entre 99 países, respectivamente. Portanto, se o país quer ter um futuro, não é a partir da retirada de dinheiro das áreas do ensino superior e de ciência e tecnologia, mas sim, ampliando o gasto total em educação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.

Despesas Discricionárias das Universidades - valores empenhados e limite 2019*

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Valor Nominal	7.791,2	7.313,2	6.835,1	7.636,0	6.792,1	6.787,7	5.220,7
Valor real	10.924,2	9.500,9	8.575,8	8.659,3	7.451,3	7.308,0	5.220,7

*Em milhões de reais

AdUFRJ | JORNAL DA ADUFRJ / REDAÇÃO: EDIÇÃO ANA BEATRIZ MAGNO, KELVIN MELO E SILVANA SÁ REPORTAGEM ANA PAULA GRABOIS, ELISA MONTEIRO E SILVANA SÁ DESIGN ANDRÉ HIPPERTT
FOTOS ALESSANDRO COSTA ESTAGIÁRIAS GIULIA VENTURA E JULIA NOIA TI EDUARDO VALDOSKI DIRETOR RESPONSÁVEL PELA COMUNICAÇÃO FELIPE ROSA